

PF indicia filhos de Jucá por peculato, lavagem e organização criminosa

A operação investiga desvio em recursos do programa Minha Casa Minha Vida

A Polícia Federal informou na noite desta quinta-feira (28) que indiciou dois filhos do senador Romero Jucá (PMDB/RR), líder do Governo no Senado, na Operação Anel de Giges. Segundo a PF, o ex-deputado estadual Rodrigo de Holanda Menezes Jucá e sua irmã Marina de Holanda Menezes Jucá foram indiciados pelos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A Anel de Giges investiga suposto desvio de R\$ 32 milhões por meio do superfaturamento na aquisição da Fazenda Recreio, localizada em Boa Vista e na construção do empreendimento Vila Jardim, do projeto Minha Casa Minha Vida no bairro Cidade Satélite, na capital de Roraima.

A PF informou que as penas previstas para os crimes atribuídos aos filhos de Jucá chegam até 30 anos de reclusão – em caso de condenação. “As investigações continuam, com análise do material apreendido e apuração do envolvimento de outros integrantes nas práticas criminosas”, destacou o delegado Alan Robson.

Continua depois da publicidade

Também são investigadas duas enteadas de Jucá, Luciana Surita da Motta Macedo e Ana Paula Surita Motta Macedo, filhas da prefeita de Boa Vista, Teresa Surita (PMDB). Elas e os filhos de Jucá foram conduzidos coercitivamente pela PF, por ordem da Justiça Federal. O superintendente da Caixa em Roraima, Severino Ribas, é outro investigado.

A PF suspeita das transações decorrentes da venda da Fazenda Recreio para a construção do empreendimento Vila Jardim. Os investigadores miram os procedimentos internos da Caixa de fiscalização e aprovação do empreendimento.

Defesas

Romero Jucá publicou nota sobre o caso. “Repudio mais um espalhafatoso capítulo de um desmando que se desenrola nos últimos anos, desta vez contra minha família. Como pai de família carrego uma justa indignação com os métodos e a falta de razoabilidade. Como senador da República, que respeita o equilíbrio entre os Poderes e o sagrado direito de defesa, me obrigo a, novamente, alertar sobre os excessos e midiaticização”.

“Não tememos investigação. Nem eu nem qualquer pessoa da minha família. Investigações contra mim já duram mais de 14 anos e não exibiram sequer uma franja de prova. Todos os meus sigilos, bancário, fiscal e contábil já foram quebrados e nenhuma prova. Só conjecturas”.

Em junho de 2016, foi pedida a prisão de um presidente de um poder, de um ex-presidente da República e de um senador com base em conjecturas. Em setembro agora, por absoluta inconsistência jurídica, o inquérito foi arquivado. Desproporcional e constrangedor, esse episódio poderia ter sido evitado. Bem como poderia ter sido evitado o de hoje. Bastava às autoridades pedirem os documentos anexados que comprovam que não há nenhum crime cometido. Recebo essa agressão a mim e a minha família como uma retaliação de uma juíza federal, que, por abuso de autoridade, já responde a processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tornarei público todos os documentos que demonstrarão a inépcia da operação de hoje”, diz o texto.

A assessoria de imprensa da Caixa também se manifestou. “Com relação à Operação Anel de Giges, realizada nesta quinta-feira

(28/09), a Caixa Econômica Federal esclarece que as informações estão sendo repassadas exclusivamente às autoridades competentes. A Caixa esclarece que mantém contato permanente com as autoridades competentes, prestando irrestrita colaboração com as investigações e operações policiais.”

Fonte: Agência do Estado.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br